

## Previdência recebe 170 emendas na CCJ e gera debate em plenário

*Valadares adverte que reforma não ataca as verdadeiras causas da crise no setor; Benedita condena mudança nas regras "durante o jogo" e Suassuna prevê avalanche de processos*



Beni Veras, Elcio Alvares, Bernardo Cabral e Ramez Tebet durante a reunião da Comissão de Justiça

O substitutivo do senador Beni Veras à proposta de reforma da Previdência recebeu ontem cerca de 170 emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o que provocou o adiamento da votação da matéria. No plenário, a proposta foi debatida por diversos senadores. Antonio Carlos Valadares garantiu que a reforma não ataca as verdadeiras causas da crise da Previdência. Benedita da Silva condenou as mudanças nas regras no meio do jogo. Ney Suassuna previu uma avalanche de processos judiciais com a alteração das normas.

Páginas 4 e 5

## Covas depõe na CPI e nega qualquer desvio no caso dos precatórios

O governador de São Paulo, Mário Covas, esteve ontem na CPI dos Precatórios para dizer que, em nenhum momento, agiu fora dos limites em que deve conter-se um chefe de Executivo. Ele afirmou que o próprio relatório preliminar apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) não aponta qualquer ato atípico por parte de sua administração.

Pelos registros da CPI, contudo, o governador pediu autorização para emitir R\$ 748,3 milhões para pagar precatórios, desconhecendo que não podia fazer isso, visto que seus antecessores já haviam ultra-

passado o limite legal para emissões. Covas acabou emitindo R\$ 158,9 milhões.

Mesmo assim, Requião observou que, se o governador é mencionado na primeira parte do seu relatório (que trata de infrações constitucionais), não é citado na segunda parte, que trata da formação de quadrilha pelos que lucraram com a emissão de títulos.

O senador José Serra (PSDB-SP) também elogiou o comportamento de Covas na emissão de títulos, observando que "no estado de São Paulo não houve desvio de recursos, nem taxa de sucesso".

## Comissão examina hoje adicional por tempo de serviço

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademar Andrade (PSB-PA), reúne-se hoje, às 10h, para analisar, entre outros, projeto de lei da Câmara que institui a gratificação adicional por tempo de serviço aos empregados em geral.

Também às 10h de hoje a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Ber-

nardo Cabral (PFL-AM), reúne-se para apreciar diversas matérias, entre elas a proposta de emenda constitucional que cria o Conselho Nacional de Justiça, a que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica e ainda a que permite a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país.

**Maior facilidade para certidão de nascimento grátis**

Página 3

**Convocação do Congresso pode ser definida hoje**

Página 3

## Líder explica que Maluf não foi convidado

O líder do PPB no Senado, Epitácio Cafeteira (MA), disse ontem que o ex-prefeito Paulo Maluf não recebeu o convite enviado pelo presidente da CPI, Bernardo Cabral (PFL-AM), para comparecer hoje à comissão. O ofício não pôde ser enviado para o fax do escritório de Maluf em São Paulo porque ele estava defeituoso. Segundo Cafeteira, foi enviado então para o fax da residência do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), de onde foi levado para a residência do ex-prefeito. Maluf, contudo, se encontrava em Brasília, numa audiência com o presidente da República.

## Mauro elogia promessa de FHC no rádio

A declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso de que "não haverá mais estradas federais esburacadas" no país foi elogiada pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), para quem a mensagem mostrou a sensibilidade do governo com os problemas que atormentam a vida dos usuários das rodovias,



Mauro

"que chegaram a um índice de precariedade alarmante". Segundo o senador, o presidente anunciou ontem, no programa de rádio do governo, que a sinalização horizontal de toda a malha viária do país será recuperada numa extensão de 51 mil quilômetros.

- Ele reconheceu que os buracos dificultam a vida dos motoristas, aumentam o consumo de combustíveis, desgastam os veículos e atrasam o transporte de cargas. O mais grave, segundo o presidente, é que o mau estado de conservação provoca acidentes e mortes.



Ronaldo Cunha Lima, ao fundo à esquerda, reuniu a equipe de divulgação na Primeira Secretaria

## Divulgar trabalho do Senado é prioridade para Ronaldo

*Primeiro-secretário ressalta importância de se mostrar à sociedade o que é feito em benefício da população e do país*

O primeiro-secretário do Senado Federal, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), considera absoluta prioridade a divulgação dos trabalhos do plenário e das comissões, como forma de se obter uma melhoria significativa da imagem perante a sociedade.

A afirmação foi feita durante reunião com o diretor-geral,

Agaciel da Silva Maia, com o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando César Mesquita, e demais diretores das coordenações desta secretaria, a diretora do Prodasen, Regina Célia Peres Borges, e o diretor da Secretaria de Editoração, Claudionor Moura Nunes.

Ronaldo se prontificou a

desenvolver esforços para consolidar os veículos de comunicação do Senado, porque "não há nada mais importante do que mostrar, para toda a sociedade, o que de fato o Senado está fazendo em benefício da população e do país, tanto pelo trabalho das comissões como do plenário e ainda dos gabinetes dos senadores".

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despachos internos

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 75/93, que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS do aposentado, na condição que especifica; e "PDL nº 19/97, que aprova o texto do acordo por troca de notas, que incorpora os parágrafos 4, 5 e 6 ao artigo V do Acordo para a Construção da Ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina, em Buenos Aires, em 17.11.95.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição da cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes; "PLS nº 11/96, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte coletivo urbano, em dias de eleições, a eleitores residentes nas zonas urbanas; "PLS nº 119/96, que dispõe sobre a responsabilidade do autor de ação de impugnação de mandato eletivo, se temerária ou de má fé; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-

se: "PLC nº 75/96 (não terminativo), que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala nas condições que especifica; "PLC nº 60/95 (não terminativo), que institui a gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral; "PLC nº 26/95 (terminativo), que dispõe sobre a indenização à companheira ou ao companheiro no caso de acidente de trabalho ou de transporte, com morte do segurado da Previdência Social; e "PLS nº 240/96 (terminativo), que dispõe sobre a negociação coletiva de direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação da "Mensagem nº 107/97, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do tenente-brigadeiro-do-ar João Felipe Sampaio de Lacerda Júnior para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Exposição do ex-prefeito de Guarulhos, Vicentino Papotto. Sala 02 - Ala Senador Alexandre Costa

Reunião de instalação de comissões mistas, quando serão eleitos os presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias:

- 10h - MP nº 1575/97. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa
- 11h - MP nº 1576/97. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa
- 15h - MP nº 1543-23/97. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa
- 16h - MP nº 1546-20/97. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa
- 16h30 - MP nº 1547-31/97. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa
- 17h - MP nº 1548-32/97. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

# Certidão pode ser gratuita, mesmo fora de prazo

*É o que determina projeto aprovado pelo Senado, quando o registro de nascimento se destinar à obtenção de carteira de trabalho. A proposta vai agora à sanção presidencial*

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que dispensa qualquer pagamento, inclusive de multas, para o registro de nascimento feito fora do prazo, desde que o documento seja utilizado para obtenção de carteira de trabalho. Conforme a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), relatora do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), pesquisa feita pelo IBGE constatou, em 1994, que cerca de 50 milhões de brasileiros não tinham registro de nascimento.

Ao discutir o projeto, o senador José Ignácio Ferreira

(PSDB-ES) afirmou que, apesar de simples e passar quase despercebida, a proposta será de extrema importância, pois milhares de pessoas não têm carteira assinada porque não dispõem de certidão de nascimento. "Essas pessoas não têm certidão porque não podem pagar as multas aos cartórios, apesar de a lei prever que as pessoas pobres não precisam pagar pelo documento", afirmou. Para



Ignácio



Júnia Marise

José Ignácio, é lamentável que "milhões de brasileiros nem sequer existam oficialmente, por causa da falta do registro".

A senadora Júnia Marise (PDT-MG), relatora do projeto na CCJ, observou que a dispensa de cobranças de registro de nascimento atrasado facilitará a vida de quem quer entrar no mercado de trabalho. O projeto vai agora à sanção presidencial.

## Voto de pesar pela morte de Agenor Maria

O Senado aprovou requerimento de pesar, apresentado pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), pela morte do ex-senador Agenor Maria, ocorrida no último sábado, em Natal (RN). Conforme Geraldo Melo, Agenor Maria morreu depois de longo período de sofrimento e já não falava há praticamente um ano.

- Agenor Maria foi vereador, deputado estadual uma vez. Em 1974, durante o regime militar, o então MDB potiguar não conseguiu quem aceitasse a tarefa de ser candidato ao Senado. Agenor Maria, antigo marinheiro, com seus dentes de ouro, tatuagem, bigodes finos, costeleta comprida, subiu ao palanque e foi eleito, derrotando Djalma Marinho, um dos homens públicos mais brilhantes - afirmou Melo. Humberto Lucena (PMDB-PB) associou-se à homenagem.

## Vereadores e Zumbi serão homenageados

O Senado aprovou requerimentos para que sejam homenageados, nos discursos da primeira hora do expediente, os vereadores do país e Zumbi dos Palmares.

Atendendo a requerimento encabeçado pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM), foi decidido que os primeiros oradores da sessão do dia 1º de outubro falarão sobre os vereadores. Jefferson Peres lembrou que neste dia, em 1828, D. Pedro I deu autonomia às câmaras municipais. Já o Dia de Zumbi dos Palmares será lembrado na sessão do dia 20 de novembro, a pedido da senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

## Convocação vai ser definida no Planalto, hoje

O senador Elcio Alvares (PFL-ES) disse ontem, em entrevista, que a convocação extraordinária do Congresso Nacional poderá ser definida hoje, pela manhã, no Palácio do Planalto, quando o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e os senadores Beni Veras (PSDB-CE) e Sérgio Machado (PSDB-CE) estarão com o presidente Fernando Henrique Cardoso para tratar do assunto.

Segundo Elcio Alvares, líder do governo no Senado e que também participará do encontro no Planalto, a decisão sobre a convocação do Congresso Nacional está praticamente confirmada, pelo fato de a proposta de reforma da Previdência Social não ter sido votada ontem na Comissão de Constituição e Justiça, e ainda em decorrência das cerca de 170 emendas apresentadas pelos senadores.

## Hospitais terão de comunicar casos de intoxicação atendidos

O plenário aprovou ontem projeto de lei que obriga todo hospital ou casa de saúde a comunicar, por escrito, ao sistema de vigilância epidemiológica, os atendimentos de pessoas intoxicadas por produtos químicos ou afetadas por vírus ou bactérias. O objetivo é permitir ao governo avaliar com maior precisão os danos à saúde,

permitindo a criação de programas eficientes de prevenção.



José Alves

O projeto previa a comunicação às secretarias de Saúde, mas o relator, senador José Alves (PFL-SE), apresentou emenda determinando a comunicação aos órgãos de vigilância epidemiológica, deixando ao governo a regulamentação da proposta.

## Gaúchos ganham empréstimo para asfaltar 900 quilômetros

O estado do Rio Grande do Sul já pode assinar contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 150 milhões, destinados ao asfaltamento de 900 quilômetros de rodovias estaduais. O Senado aprovou ontem projeto de resolução autorizando a tomada do empréstimo.

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o dinheiro será todo aplicado em rodovias que fazem parte do corredor

do Mercosul. O estado participará do projeto com US\$ 150 milhões de arrecadação própria, totalizando US\$ 300 milhões os recursos a serem utilizados no asfaltamento.

José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, recomendou que os senadores opositoristas se abstivessem na votação, argumentando que o Banco Central alertou que o governo do Rio Grande do Sul se encontrava inadimplente junto ao Sistema Financeiro Nacional.

## PREVIDÊNCIA

# Valadares diz que reforma penalizará fracos

*Anistia a empresários e inadimplência do setor público são os verdadeiros responsáveis pela "situação caótica" que o governo procura corrigir com medidas erradas, segundo o senador*

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que a reforma previdenciária "não ataca as verdadeiras causas da crise da Previdência, mas visa somente à supressão de direitos e à elevação de taxas de contribuição".

Valadares cobrou do Senado "uma lei previdenciária justa, que não culpe os mais fracos pela situação caótica" que resulta, na sua opinião, de fatores como anistia a empresários, renúncia fiscal e acumulação de débitos.

O senador disse que, de acordo com auditoria do Tribunal de Contas da União, a Previdência é credora de 34 bilhões de reais em débitos, 19% dos quais correspondentes à inadimplência do setor público. Segundo Valadares, "a auditoria constatou que o governo, além de não pagar o que devia,



Antonio Carlos Valadares

apropriou-se de mais de 600 milhões de reais de recursos originários da contribuição de empregados e empregadores para cobrir despesas de responsabilidade do Tesouro Nacional".

Valadares declarou que uma minoria empresarial tem conseguido anistia de seus débitos, o que, na sua opinião, dá cobertura aos crimes de sonegação fiscal e de apropriação indébita. Para ele, essa "acumulação de débitos do Estado e empregadores constitui o principal fator de desequilíbrio fi-

nanceiro".

O senador lembrou que nas cinco reformas ocorridas na Previdência até hoje "houve desmembramentos, fusões, extinções, criação e recriação de órgãos, estabelecendo uma verdadeira balbúrdia no sistema, sem que tivessem sido realizados estudos técnicos necessários à avaliação dos impactos sobre as finanças do sistema para assegurar sua viabilidade".

Valadares disse ainda que a administração centralizada "permite uma relação promíscua entre a gestão pública e os interesses de grupos mercantis que exploram a Previdência com o objetivo de lucro, gerando as mazelas da corrupção, do empreguismo, do enriquecimento ilícito, da manipulação político-partidária e do desvio de contribuições".



Benedita da Silva

## Benedita evoca Europa contra "neoliberalismo"

Ao abordar a reforma previdenciária em tramitação no Senado, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) fez questão de enfatizar ontem sua posição contrária a que "as regras do jogo sejam alteradas ao longo da partida".

Na sua opinião, é correta a opinião majoritária de que é preciso modificar o modelo de aposentadorias e pensões do serviço público. No entanto, reiterou, a reforma deveria atingir apenas "os que entrarem doravante no serviço público, conscientes das novas regras".

Benedita atribuiu a decisão política de proceder à reforma do Estado a uma sintonia de visão dos atuais detentores do poder com o "poder econômico mundial". Trata-se, a seu ver, de uma concepção que parte do pressuposto de que há um único caminho a seguir, conforme um só modelo a desenvolver.

Os recentes resultados eleitorais verificados na Europa demonstram, contrariamente, conforme a senadora, que a sociedade, consciente de seus direitos, rechaçou o "rolo compressor" neoliberal, dando uma lição aos que "teimam em não compreender que a sociedade é muito maior e mais importante que o Estado".

## Suassuna prevê "avalanche" judicial

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou "injustificáveis os dispositivos do projeto original de reforma previdenciária, encaminhada pelo Executivo, que vedam a invocação de direito adquirido, cuja essência foi acolhida e mesmo maximizada" pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), relator da matéria na CCIJ.

- No momento em que se aproxima a votação da reforma da Previdência, é necessário estarmos atentos a aspectos fundamentais. E uma questão de princípio pela qual propugno é a manutenção dos direitos adquiridos - defendeu.

Ney Suassuna observou que, conforme dispositivo constitucional, "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a

direito". Ele disse que, "quira ou não o governo, um dos problemas que medidas de tal teor acarretarão é uma avalanche de contestações judiciais, que virá ameaçar os resultados financeiros almejados".

O senador ressaltou o caráter injusto e socialmente inaceitável de uma medida que desconsidere os direitos adquiridos dos aposentados, dos que se podem aposentar ou estão prestes a poder fazê-lo.

Na sua opinião, uma das propostas das "menos felizes", agora "ressuscitada" pelo substitutivo do relator, é a que visa a pôr fim à paridade remuneratória entre servidores ativos e inativos.

Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse que há como romper a questão da paridade sem ferir o chamado direito adquirido.



Ney Suassuna

Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que a reforma previdenciária deve ser discutida e votada com "cautela e serenidade". O senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu a necessidade de "um sistema que não seja concentrador de renda nem distribuidor de privilégios".

O senador Romero Jucá (PFL-RR) disse que "todos devem lutar pela defesa dos direitos adquiridos porque qualquer medida em contrário irá prejudicar milhares de pessoas por todo o país".

## PREVIDÊNCIA



Substitutivo de Beni Veras gerou amplo debate na CCJ, ontem

## Emendas provocam adiamento da votação da reforma da Previdência

O grande número de emendas apresentadas ao substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) sobre a reforma da Previdência - cerca de 170 - provocou o adiamento da votação da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES), chegou a propor a votação do texto do relator sem prejuízo das emendas, que se-

riam examinadas em outra reunião. Mas os membros da comissão aceitaram a argumentação de Josaphat Marinho (PFL-BA) de que o voto contrário ou favorável ao substitutivo dependeria da extensão das modificações feitas pelas emendas.

Ficou acertado, então, que Beni Veras terá o tempo que julgar preciso para dar parecer sobre as emendas, conforme propôs Elcio Alvares. Por sugestão de Jefferson Peres (PSDB-AM), estabeleceu-se que os senadores conhecerão esse parecer 48 horas antes da reunião de votação.

No início da reunião, presidida por Bernardo Cabral (PFL-AM), o líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), afirmou que a oposição é favorável a uma reforma que combata des-

vios e privilégios, mas defende a participação de todos os setores da sociedade e de todas as forças políticas no debate da matéria.

Dutra entende serem necessárias providências efetivas para o combate à sonegação.

Ele defendeu um sistema único e universal para a Previdência, e manifestou-se contrário ao substitutivo de Beni Veras e favorável a uma emenda substitutiva de sua própria autoria, bem como à proposta feita por Roberto Freire (PPS-PE).

Elcio Alvares pediu a palavra em seguida, para dizer que a reforma da Previdência talvez fosse "a mais nervosa" de todas, por envolver milhões de brasileiros. Ele expressou a posição do governo de que o assunto deve ser tratado com tranquilidade e mediante ampla discussão.

O vice-presidente da CCJ, Ramez Tebet (PMDB-MS), manifestou-se favorável a que o substitutivo só fosse votado após o parecer do relator sobre as emendas. Também discutiram a matéria os senadores Guilherme Palmeira (PFL-AL), Sérgio Machado (PSDB-CE), Ney Suassuna (PMDB-PB), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Ignácio (PSDB-ES) e Roberto Freire.

## Otoniel vê Goiás como novo pólo industrial do país

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) disse ontem que recentes investimentos em Goiás consolidarão o estado como novo pólo industrial do Brasil. Segundo ele, Goiás cresceu, nos últimos 10 anos, 70% acima da média nacional, tornando-se a nona força econômica do país: "Somente nos últimos 20 dias, o estado conquistou investimentos superiores a R\$ 560 milhões", anunciou.



Otoniel Machado

De acordo com Otoniel, Goiás receberá o segundo maior investimento privado do país este ano: R\$ 300 milhões da fábrica japonesa Honda. Ele ressaltou que o estado acolherá oito das 25 montadoras de automóveis que estão se instalando no país. Em apertes, Onofre Quinan (PMDB-GO), Levy Dias (PPB-MS) e Mauro Miranda (PMDB-GO) apoiaram Otoniel.

## Coutinho Jorge espera que a Vale mantenha projeto Salobo

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) manifestou ontem sua esperança de que a Companhia Vale do Rio Doce, agora privatizada, mantenha os investimentos previstos para a instalação do projeto Salobo no Pará.

Para Coutinho, essa iniciativa permitirá a geração de 10 mil empregos e a substituição



Coutinho Jorge

de boa parte das importações de cobre feitas pelo país.

Segundo o senador Coutinho Jorge, a sua expectativa se baseia na convicção de que os técnicos da empresa, ao tempo em que era estatal, não erra-

ram em suas pesquisas prévias que indicaram Marabá como o local adequado à exploração do minério, prevista no projeto.

## Decreto estimulará navegação brasileira, afirma Romero Jucá

O senador Romero Jucá (PFL-RR) disse ontem que a regulamentação do Registro Especial Brasileiro (REB) para as embarcações pertencentes a empresas nacionais permitirá que a navegação brasileira tenha condições de competir no mercado internacional. Ele informou que participou, com o presidente da República, da assinatura do



Romero Jucá

decreto de regulamentação do REB.

- Esta medida aumentará o número de navios com bandeira brasileira, pois, com a legislação anterior, era mais rentável para os armadores nacionais alocar seus navios para uma bandeira estrangeira, pois pagavam menos impostos e o seguro internacional era melhor - disse Jucá.

# Punição ao Atlético foi tendenciosa, diz Requião

Ao louvar iniciativa da CBF de moralizar o futebol, o senador ressalva que "penalização de instituições é precedente perigoso"

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem que a suspensão, por um ano, imposta pela Justiça Desportiva ao Clube Atlético Paranaense, além de "tendenciosa e extrema", prejudica e desmoraliza o esporte mais popular do país. Requião leu, em plenário, carta que en-



Requião

vio à direção da CBF na qual ressaltou não entender nem admitir a punição.

Após louvar as iniciativas da CBF de moralização do futebol, e da Justiça Desportiva na punição a árbitros e dirigentes "prevaricadores", Requião afirmou que "a penalização de instituições é um precedente

extremamente perigoso".

Presidindo os trabalhos, o senador Antonio Carlos Magalhães esclareceu que já havia conversado com o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, sobre a suspensão do clube e disse esperar solução satisfatória.

Em aparte, Osmar Dias (PSDB-PR) agradeceu o apoio de ACM e de Romeu Tuma (PFL-SP), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Geraldo Melo (PSDB-RN).

## Távola defende decisão da Justiça

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse ontem que o Atlético Paranaense foi punido com a suspensão de um ano por decisão de um tribunal de justiça esportiva e que ela se deu "pelo fato de que foi através de fraude que o time permaneceu na 1ª divisão do Campeonato Brasileiro".

Távola respondeu aos pronunciamentos de Osmar Dias

(PSDB-PR) e Roberto Requião (PMDB-PR). A seu ver, tanto a torcida como os senadores deveriam dirigir sua ira contra os fraudadores e não contra a Justiça.

Para Távola, é compreensível que os senadores tenham refletido a frustração da torcida, mas os argu-



Távola

mentos seriam "beirristas, localizados, que não fazem jus ao tipo de agravo que o time fez ao futebol brasileiro". O senador ressaltou que o Atlético "perdeu um jogo e comemorou porque essa derrota tirava outro clube do Campeonato Brasileiro, o que não é prática qualificada".

## ACM recebe delegação de atleticanos

Acompanhados do senador Osmar Dias (PSDB-PR), representantes do Clube Atlético Paranaense foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, quando solicitaram apoio às pretensões do clube de continuar atuando no futebol.

O Atlético-PR foi suspenso por um ano das competições nacionais após o recente escândalo das arbitragens, quando a agremiação foi envolvida, por seu presidente, no episódio. No entender de Osmar Dias, a punição ao clube foi injusta e a Justiça Desportiva deveria ter suspenso apenas o seu presidente.

## Osmar contesta os argumentos de Távola

O Atlético Paranaense não ganhou o direito de integrar a divisão de elite do Campeonato Brasileiro por fraude, mas por ter sido o campeão da 2ª divisão em 1995, disse ontem o senador Osmar Dias (PSDB-PR), que voltou à tribuna para contestar os argumentos do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), favoráveis à punição aplicada pelo Tribunal da CBF.

O tribunal julgou "os atos de um diretor justamente bandido do futebol brasileiro", referentes ao jogo Atlético x Vasco, pela Copa do Brasil, afirmou. A decisão nada te-



Osmar Dias

ria a ver com o Campeonato Brasileiro, conforme Távola teria alegado.

"O jogo que pôs o Fluminense na 2ª divisão não foi o que o Criciúma ganhou do Atlético, foram todos os jogos que o Fluminense perdeu". Em aparte, Levy Dias (PPB-MS) disse que a suspensão "foi um grande equívoco, porque uma coisa é o clube como pessoa jurídica, outra, o presidente do clube, pessoa física". Ottoniel Machado (PMDB-GO) também considerou que "as autoridades devem rever imediatamente a injustiça praticada".

## Lucena critica o aumento de tarifas públicas

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) apelou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para que examinem com cuidado o aumento das tarifas públicas, tendo em vista o compromisso do governo federal com a manutenção dos baixos índices de inflação.

- Se os preços sobem sem um maior controle, como podemos amanhã ter mais forte para segurar os preços da iniciativa privada? - indagou o senador. Lucena destacou matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, do último dia 15, sob o título "Tarifas públicas sobem muito acima da inflação".

Lucena destacou matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, do último dia 15, sob o título "Tarifas públicas sobem muito acima da inflação".

## Marina participa de seminário sobre educação

A senadora Marina Silva (PT-AC) destacou sua participação no seminário *Educação sob a ótica da descentralização*, em Rio Branco (AC). Segundo ela, estiveram presentes representantes dos estados da região Norte para discutir a descentralização do ensino e a valorização dos educadores.

Conforme Marina, chegou-se à conclusão de que os estados e municípios devem priorizar a qualificação dos profissionais da educação, para oferecer "educação de qualidade voltada aos interesses da região, principalmente da Amazônia". Marina informou que foi convidada para o encontro na qualidade de membro da Comissão de Educação do Senado.



Lucena



Marina

# Sarney: Mercosul é fruto da democracia

*Presidente da CRE lembra antigas desconfianças entre regimes militares do Brasil e da Argentina e diz que integração econômica é consequência da redemocratização*

“O Mercosul surgiu em consequência da vontade política dos governos do Brasil e da Argentina, que souberam superar as desconfianças geradas anteriormente pelos programas nucleares desenvolvidos paralelamente nos dois países.”

Com esta declaração, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador José Sarney (PMDB-AP), deu o tom da reunião de ontem da comissão, quando se ouviram os depoimentos do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado argentino, senador Eduardo Menem, e do embaixador no Brasil, Diego Ramiro Guelar, sobre o Mercosul.

Sarney lembrou os primeiros passos para a aproximação entre o Brasil e a Argentina, dados quando o presidente Alfonsín, o convidou, à época em que era presidente da República, a visitar as instalações da usina nuclear argentina onde se desenvolviam projetos secretos.

O senador Menem disse que o Mercosul é consequência da redemocratização do Brasil e da Argentina, pois “o clima de receio e desconfiança nas relações bilaterais foi substituído pela decisão da busca pelo entendimento”.

O embaixador Diego Ramiro, por sua vez, pediu que se intensifiquem os entendimentos entre os parlamentos dos países - membros do Mercosul, porque, no seu entender, com a possível adesão dos países integrantes do Pacto Andino, o eixo das decisões deverá se deslocar das chancelarias para os parlamentos.

Diego Ramiro anunciou que a Argentina pretende aumentar para 10 o número de consulados no Brasil, para expandir os entendimentos que, a seu ver, ainda estão muito restritos “a Buenos Aires e a São Paulo”.

Respondendo ao senador Humberto Lucena (PMDB-PB) sobre as possibilidades do Nordeste em relação ao Mercosul,



Ramiro, ao lado dos senadores Eduardo Menem e José Sarney

o embaixador argentino ressaltou a importância de se adotarem medidas que permitam àquela região abastecer o mercado argentino com frutas, dando início a um projeto que mobilizará cerca de R\$ 200 milhões ao ano.

O senador José Agripino Maia (PFL-RN) destacou o turismo como um dos alvos preferenciais. A senadora Benedita da Silva (PT-RJ), por sua vez, disse que, em contato com mulheres argentinas, convenceu-se

de que os brasileiros devem contribuir para auxiliar a Argentina na elaboração de leis que contemplem os direitos das mulheres e das crianças.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) propôs a criação tanto do parlamento do Mercosul como de uma comissão permanente para o acompanhamento das atividades do acordo. Também participaram dos debates os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Casildo Maldaner (PMDB-SC).

## Emília faz apelo em favor da Coreia do Norte

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) pediu o apoio de todos os parlamentares para a campanha organizada pela comunidade de imigrantes coreanos no Brasil com o objetivo de arrecadar alimentos, fertilizantes e recursos para atender à população da República Popular e Democrática da Coreia (Coreia do Norte), vítima de inundações. Segundo a senadora, a gravidade da situação está chamando a atenção da opinião pública internacional que, das mais variadas formas, presta a sua solidariedade ao país e ao povo coreano. Conforme disse, a ONU já tomou a decisão de coordenar ações em todo o mundo com o objetivo de ajudar a Coreia do Norte.



Emília

Emília Fernandes informou que, com apenas 20% do seu território agrícola, as perdas verificadas com as sucessivas enchentes têm tido enorme repercussão nos níveis de abastecimento de alimentos, causando grandes dificuldades para a população norte-coreana.

Informou ainda que a solicitação de ajuda à Coreia do Norte foi feita pela embaixada daquele país no Peru ao Grupo Parlamentar Brasil-República Popular e Democrática da Coreia - integrado por 60 parlamentares, entre senadores e deputados -, do qual ela é vice-presidente.

Segundo a senadora, o grupo parlamentar enviou pedido formal de solidariedade aos presidentes do Senado Federal, senador Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, deputado Michel Temer.

## Aprovados embaixadores para Croácia e Andorra

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a indicação dos embaixadores do Brasil na Áustria e na Espanha. Affonso Celso de Ouro-Preto e Carlos Moreira Garcia, para exercerem, cumulativamente, o mesmo cargo na Croácia e em Andorra, respectivamente. A matéria agora irá à apreciação do plenário.

A comissão aprovou parecer favorável do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) a projeto que define os casos em que forças estrangeiras podem transitar pelo território nacional ou nele

permanecer temporariamente. Também foi aprovado parecer favorável do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ao texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica celebrado entre o Brasil e a Malásia.

A comissão aprovou ainda parecer do senador José Bianco (PFL-RO) favorável ao texto da Emenda nº 3 ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, que tem o objetivo de “evitar inadimplências indesejáveis entre os Estados-membros, no que se refere às suas obrigações contratuais”.

## Senadoras lutam contra vetos de FHC

As senadoras Emília Fernandes (PTB-RS) e Marluce Pinto (PMDB-RR), acompanhadas das deputadas Rita Camata e Marilu Guimarães, pediram apoio do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, à derrubada de dois vetos do presidente da República a projeto já aprovado pelo Congresso e enviado à sanção, que estabelece a lei de planejamento familiar no Brasil.

As parlamentares solicitaram pressa na votação da matéria em sessão do Congresso, uma vez que, apostos os vetos, ela volta a tramitar no Legislativo. "O projeto ficou emperrado devido aos vetos e, assim, atrasou a existência de lei tão importante", disse Emília Fernandes, esclarecendo que os vetos se referem à parte do projeto que trata de esterilização e da política de atendimento pelo SUS, para os casos específicos da futura lei. Segundo ela, o próprio presidente da República já manifestou interesse em derrubar os vetos, que considerou "equivocados".

# CPI ouve relato sobre trabalho infantil no Rio Grande do Sul

*Visita a três cidades gaúchas mostra a parlamentares da comissão a realidade de meninos e meninas empregados na indústria e no comércio*

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Trabalho Infantil, sob a presidência da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), reuniu-se na manhã de ontem para ouvir o relatório da deputada Fátima Pelaes sobre a recente viagem da comissão ao Rio Grande do Sul.

Fátima Pelaes, no relatório, disse que a comitiva, integrada pelas senadoras Marluce Pinto, Emília Fernandes (PTB-RS) e Benedita da Silva (PT-



Marluce Pinto

RJ), além dela própria e do deputado Alceste Almeida, fez diligências nas cidades de Sapiranga, Novo Hamburgo e Porto Alegre, onde realizou audiência pública.

Durante as visitas, segundo ainda o relatório, a comissão pôde constatar várias irregularidades na utilização da mão-de-obra infantil como, por exemplo, o caso de 80 menores que manipulam cola de sapateiro em uma fábrica de cal-

çados de Sapiranga e de outros jovens que carregam e descarregam caminhões na Ceasa de Porto Alegre.

A senadora Marluce Pinto, atendendo a requerimento das deputadas Fátima Pelaes e Rita Camata, convocou o coordenador do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça (Conanda), Charles Roberto Pranke, e a secretária do Ministério da Ação Social, Lúcia Vânia, para falar sobre o combate ao trabalho infantil.

## Médicos pedem socorro a ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) e uma comitiva de representantes da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Médica Brasileira (AMB), que lhe entregou o livro *Médicos em números*, uma pesquisa sobre a situação da categoria no Brasil.

Patrocínio disse que a classe está "aviltada" pela tabela do Sistema Único de Saúde - SUS, que paga por consulta



ACM recebeu líderes dos médicos, de quem ganhou livro

R\$ 2,40, enquanto a tabela da AMB prevê o custo de dez reais por consulta. Os médicos querem que Antonio Carlos apóie a der-

rubada de veto presidencial a projeto, aprovado no Congresso, estabelecendo o piso salarial da categoria.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, RONALDO CUNHA LIMA, JEFFERSON PERES, MAURO MIRANDA E PELA SENADORA MARLUCE PINTO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho -  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

**Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)**  
- **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - **Brasília - DF**

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social** - Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Divulgação e Integração** - Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado** - Flávio de Mattos

**Diretor da Agência Senado** - Domingos Mourão Neto

**Editores** - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

**Diagramação** - Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

**Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essuy

**Revisão** - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

**Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**